

Geografias do Brasil no século XVIII: a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira

Geographies of Brazil in the 18th Century: The Philosophical Journey of Alexandre Rodrigues Ferreira

Geografías de Brasil en el siglo XVIII: el Viaje Filosófico de Alexandre Rodrigues Ferreira

Karina Eugenia Fioravante

<https://orcid.org/0000-0003-3617-2608>

karina_frr@hotmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Ponta Grossa, PR

Lohanne Fernanda Gonçalves Ferreira

<https://orcid.org/0000-0003-0425-8060>

lohannefernanda@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ

Resumo: As representações gráficas ocupam espaço privilegiado nas viagens dos naturalistas desde o século XVIII e se constituíram como elementos fundamentais da análise geográfica. O objetivo central do presente artigo é pensar sobre as ilustrações que compuseram as geografias do Brasil a partir da Viagem Filosófica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no século XVIII. Primeiramente apresentamos a relevância das expedições empreendidas pelos naturalistas e das imagens produzidas nessas expedições que ajudaram a consolidar a Geografia enquanto disciplina. Em seguida, trazemos a trajetória de Alexandre Rodrigues Ferreira e sua Viagem Filosófica pelo Brasil. Por último, analisamos, a partir de algumas representações gráficas produzidas por ele, a construção de imagens e imaginários sobre o Brasil da época.

Palavras-Chave: Imagem, Naturalista Viajante, Explorações Geográficas

Abstract: The graphic representations have privileged space in the journeys made by naturalists since the Eighteenth century and they are fundamental elements of the geographical analysis. The main goal of this paper is to reflect on the illustrations that composed geographies of Brazil brought by the Philosophical Journey of the naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira in the Eighteenth Century. First, it is presented the relevancy of the expeditions taken by naturalists as well as the importance of the images produced by such expeditions in the consolidation of Geography as a discipline. Next, it is discussed the journey made by Alexandre Rodrigues Ferreira in his Philosophical Expedition throughout Brazil. Lastly, it is analyzed the creation of images and imaginaries about Brazil at the time the graphic representations were produced.

Keywords : Image, Naturalist traveller, Geographical Explorations

Resumen : Las representaciones gráficas ocupan un espacio privilegiado en los viajes de los naturalistas desde el siglo XVIII y se constituyeron como elementos fundamentales del análisis geográfico. El objetivo principal d' este artículo es pensar en las ilustraciones que componen las geografías de Brasil a partir del Viaje filosófico del naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira en el siglo XVIII. Primero presentamos la relevancia de las expediciones realizadas por los naturalistas y las imágenes producidas en estas expediciones, que ayudaron a consolidar la geografía como disciplina. Luego traemos la trayectoria de Alexandre Rodrigues Ferreira y su viaje filosófico a través de Brasil. Finalmente, analizamos, a partir de algunas representaciones gráficas producidas por él, la construcción de imágenes e imaginarios sobre Brasil en ese momento.

Palabras clave : imagen, Naturalista itinerante, Exploraciones geográficas.

INTRODUÇÃO

De acordo com Castro, Gomes e Corrêa (1997), a Geografia sempre teve sua identidade associada à ideia de exploração. A curiosidade inerente a humanidade foi uma das grandes motivadoras para que inúmeras aventuras fossem concebidas e colocadas em prática. Viajantes, cosmógrafos, exploradores e descobridores ocupam posição de destaque e podem ser considerados legítimos antecessores dos geógrafos que surgem, institucionalmente, a partir do século XIX. Tal posição não pode ser questionada pelos que conhecem a construção da Geografia enquanto campo do saber e, posteriormente, disciplina.

Sendo assim, o objetivo central dessa reflexão é discutir os elementos que compõem a construção de geografias do Brasil a partir de ilustrações da Viagem Filosófica realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira e seus companheiros. Para tanto, serão utilizadas ilustrações produzidas enquanto resultado direto da jornada empreendida pelos viajantes e que estão disponíveis para consulta em publicações de diários e relatos da viagem. A partir de uma filtragem¹, concentramos nosso olhar para ilustrações as quais têm como intenção direta a retratação e descrição de aspectos naturais, sociais e econômicos do Brasil Colônia.

Não são raras, no contexto da Geografia, pesquisas que buscam apontar a importância de determinados personagens para construção da disciplina. Uma simples pesquisa nos principais motores de busca revela a grande quantidade de trabalhos que evocam nomes como os de Alexander von Humboldt, Karl Ritter, Charles Darwin, entre outros. De fato, a relevância dessas figuras para consolidação da disciplina é vasta e esta possivelmente é a razão pela qual atraíram a atenção de tantos acadêmicos e estudiosos. Nesta proposta, optamos por considerar um personagem que, apesar de ter realizado um dos maiores inventários acerca do Brasil no século XVIII e ser fortemente abordado em disciplinas como a História e a Antropologia, permanece pouco explorado pela Geografia.

Primeiramente discutimos a importância das grandes expedições para a consolidação do que veio a ser institucionalizado sob o nome de Geografia. A atenção que os

1 Foi produzido um total de mais de mil ilustrações pelos dois desenhistas que acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira. A imensa maioria delas buscam retratar aspectos de taxonomia da flora brasileira. Sendo assim, para o objetivo da reflexão aqui apresentada selecionamos ilustrações mais concordantes e que apresentam foco nas representações de paisagens naturais e culturais.

viajantes conferiram à produção de ilustrações que registrassem determinados aspectos dos locais percorridos é discutida a partir da defesa da ideia de que, enquanto ciência visual, a Geografia tem muito a ganhar a partir da observação e análise de tais documentos históricos. Posteriormente, discutimos de maneira mais detalhada quem foi o explorador Alexandre Rodrigues Ferreira e o percurso que completou com seus companheiros na chamada Viagem Filosófica pelo Brasil durante os anos de 1783 a 1792. Por fim, mergulhamos nas geografias do Brasil que foram concebidas pelos viajantes ao longo dos nove anos de missão pelo território brasileiro.

SOBRE GEOGRAFIAS, VIAGENS E IMAGENS

Em seu livro *Sobre o Nomadismo: vagabundagens pós-modernas*, Maffesoli (2001) apresenta uma categoria que remete à ideia das viagens: a errância. Para o autor, a errância é uma constante antropológica e caracteriza muitos povos e culturas no mundo. O desejo de circulação, exploração e mobilidade se manifesta no hábito humano há muito tempo.

Embora presente em distintos grupos sociais desde a Pré-História, o desejo de mudança e circulação se transformou consideravelmente ao longo do tempo. Seja pela necessidade de subsistência e exploração de novos lugares para produção e cultivo, ou pela vontade de conhecimento das classes mais abastadas, as viagens se traduziram como objetos de desejo ou de necessidade e se tornaram uma constante até os dias atuais. Dos deslocamentos internos pelos continentes às grandes expedições de exploração de territórios, as viagens ocupam lugar de destaque e fascínio na história da humanidade.

As Grandes Navegações são um período de destaque na história das viagens de exploração no mundo ocidental. O desenvolvimento das técnicas que permitiram a expansão ultramarina elevaram Portugal e Espanha ao topo dos desbravamentos intercontinentais a partir do final do século XV. A busca por minérios e especiarias, as motivações de cunho religioso e o domínio de novos territórios, fundaram as bases de impulsão dessas viagens exploratórias e imperialistas. Um dos grandes marcos das Grandes Navegações foi a chegada ao continente americano.

O entusiasmo pelo conhecimento do continente e pela exploração de suas terras animou os estrangeiros da época. Comerciantes, artistas e cientistas ganharam um novo impulso para suas ambições. E não tardou para que a geografia dessas terras, desconhecidas ao olhar europeu, aparecesse nas descrições como resultado das expedições pelo litoral, principalmente. A descrição da paisagem, da fauna, da flora, da cultura local, bem como, das expectativas com a possível presença de riquezas eram temas centrais nos relatos trocados entre os viajantes e as Coroas Portuguesa e Espanhola.

Mais tarde, as viagens dos naturalistas vão conciliar a crônica com a aventura e a ciência passa a ser integrada às explorações dos chamados naturalistas viajantes. O “recém-descoberto” continente americano figura como território a ser desbravado, recheado pelo desconhecido. A ideia de revelar o novo dos espaços ainda intocados pela civilização europeia é transformada em obsessão pelos cientistas da época. Por outro lado,

essas viagens buscam também saciar a curiosidade dos habitantes do Velho Mundo sobre o Novo Mundo e, nesse sentido, a descrição pelo texto e pelas imagens, principalmente, ganha destaque no novo cenário que se forma.

É importante considerar que, como aponta Olarte (2004, p.7), a ideia de descobrimento que ampara a construção da ciência moderna deve ser relativizada. Por certo, apontar que terras não existiam antes da chegada dos europeus no período das Grandes Navegações não é afirmação que se sustente. Nesse sentido, como aponta o autor, parece muito mais interessante admitir a ideia de compreensão antes de descobrimento. Para ele, compreender supõe “(...) um ato de apropriação, um processo de transformação do desconhecido em algo familiar, de incorporação e de domesticação²”.

Os naturalistas viajantes do século XVIII e, principalmente, do século XIX, ficaram conhecidos pela busca da experiência geográfica do conhecimento *in situ*. Nessas expedições científicas, os naturalistas buscavam dar conta das sensações e objetos experimentados e descobertos nas jornadas. Ricas descrições textuais, além das representações gráficas em pinturas e desenhos, eram feitas pelos viajantes e pelos artistas que muitas vezes os acompanhavam para realizar tais tarefas.

A Geografia foi uma das grandes beneficiadas pelas diversas expedições empenhadas pelos naturalistas viajantes desde o século XVIII. Os materiais que eram produzidos por esses exploradores em muito contribuíram para criação de uma ideia de ciência que tinha como principal objetivo obter uma visão geral da Terra e de seus ambientes. É importante considerar que, durante um longo período de tempo, a Geografia foi fortemente associada com a perspectiva descritiva e sintética, ou seja, praticava-se Geografia na medida em que se buscava, a partir da reunião de inúmeros elementos, a construção de uma concepção holística (Gomes, 1996).

Por certo, a própria dicotomização entre a figura do explorador que se desloca e vai a campo para observar e catalogar fenômenos e aquela do pesquisador que se mantém confinado em um gabinete rodeado por livros, documentos e registros até hoje persiste no imaginário dos geógrafos. Tal dinâmica é relevante pois confere pistas que revelam um dos principais desdobramentos futuros da disciplina.

Entretanto, a saída dos cientistas do gabinete para o campo não foi reconhecida de maneira unânime pela comunidade científica da época (Kury, 2001). A saída do gabinete para o campo acabou sendo destinada aos cientistas mais jovens que tinham o anseio da descoberta no campo e viam o continente americano como uma preciosidade a ser investigada e descoberta. Novamente, aqui percebe-se a importância da ideia de descoberta para a construção do pensamento geográfico. Entretanto, devemos insistir na necessidade de que tal noção deve ser relativizada.

Na Geografia, o exemplo mais conhecido dos naturalistas viajantes é o de Alexander von Humboldt. Para ele, a experiência da viagem e do conhecimento *in situ* é insubstituível. Humboldt defendeu que as impressões estéticas experimentadas pelos viajantes em cada

2 Do original: “(...) un acto de apropiación, un proceso de transformación de lo desconocido en algo familiar, de incorporación y de domesticación.”

região fazem parte da atividade científica em si, não podendo ser substituídas por qualquer descrição ou amostra destacada do lugar onde foram coletadas. Embora reconheça a descrição como parte do fazer científico, bem como, a importância das amostras para o avanço de estudos, Humboldt é enfático no sentido de apontar que só é possível conhecer a natureza na medida em que é observada em seu lugar.

A arte acompanhava, sempre que possível, as descrições dos naturalistas viajantes que embarcavam nas expedições. Por ser uma dimensão privilegiada no tocante a diversidade visual experimentada pelos viajantes, muitas das expedições foram acompanhadas por diversos artistas responsáveis por traduzir paisagens, fauna, flora e culturas em imagens. Notadamente, essa dimensão visual das coisas e dos lugares foi de grande interesse para a Geografia e seu desenvolvimento como disciplina. O naturalista viajante foi a primeira figura a dar evidência para a importância científica que as imagens possuíam para análise da natureza e do espaço (Kury, 2001).

A Geografia, portanto, ganha espaço nesse novo cenário e as imagens produzidas desses lugares passam a ser um objeto de desejo e interesse. Gomes e Ribeiro (2013, p.29), afirmam que o raciocínio geográfico sempre esteve diretamente associado a um equipamento visual, atendendo a um “verdadeiro imperativo gráfico” e que o próprio nome da disciplina carrega em sua etimologia a ideia de descrição – grafia. Essa ideia aparece desde Ptolomeu que considerava a geografia uma imagem do mundo. As imagens são, portanto, instrumentos para a reflexão geográfica e colaboraram diretamente para a produção de conhecimento dentro daquilo que, mais tarde, se instituiria como disciplina.

Embora essa relação esteja estabelecida desde Antiguidade, Gomes e Ribeiro (2013) apontam que são poucas as bibliografias do campo que pensaram nas relações entre imagem e Geografia, ainda que seja reconhecido o aumento na produção de trabalhos acadêmicos de geógrafos interessados nas imagens, principalmente a partir da década de 1990 (Berdoulay & Gomes, 2010; Cosgrove, 1993, 2008; Driver, 2003; Gomes, 2008a, 2008b, 2013; Novaes, 2013, 2011; Rose, 2001, 2003). Esses trabalhos mostram a vontade de compreender o papel das imagens na construção do conhecimento geográfico reconhecendo, na mesma medida, que são constituintes.

A ideia do olhar do geógrafo, que diferencia este de outros pesquisadores, também esteve presente no discurso de intelectuais como Alexander Von Humboldt. A própria ideia da Geografia enquanto área do conhecimento científico que produz imagens do mundo é antiga. Nesse sentido, as cosmografias foram apontadas por Cosgrove (2008) como um elemento central que figura as escalas de visão geográfica. Elas relacionavam às imagens a uma ordem já existente no mundo, produzindo, assim, uma forma de apreensão dos lugares. Cosgrove (2008, p. 3) vai além quando aponta que,

[...] o termo “imagens gráficas” denota uma categoria intencionalmente ampla que inclui mapas, esboços, pinturas e fotografias, que são utilizadas para ilustrar estudos de indivíduos. (...) O que une a categoria é a capacidade de tais imagens de representar a visão geográfica em um sentido duplo, de comunicar conhecimento produzido por testemunho visual e interpretação de realidades geográficas e de transportar as formas e ideias, as esperanças e medos que constituem geografias imaginadas. Em

ambos os modos de cognição geográfica, e em suas constantes interações, imagens gráficas e pictóricas tem papéis ativos e criativos que levam a representação de significações muito além da mera transcrição de fatos espaciais e ambientais.

Rose (2001) afirma que, quando se estudam imagens, é necessário estar atento para o fato de que nenhuma forma visual é inocente, elas sempre estão apresentando suas visões de mundo sobre aquilo que está representado. Tal afirmação pode parecer simples, entretanto, é extremamente importante para absorver a ideia de que todas as representações imagéticas criadas pelos exploradores viajantes são resultado direto de um ponto de vista específico, de uma vivência espacial e social particulares provenientes de sua época. Aqui, a reflexão trazida por Olarte (2004) faz-se novamente pertinente no sentido de enfatizar que as representações gráficas produzidas pelos viajantes naturalistas devem ser interpretadas a partir das dinâmicas sociais, culturais e políticas de seus contextos e, sendo assim, de sua própria visão de mundo.

Para Gombrich (1986, p. 61), o ato de representar algo que não é conhecido acaba por traduzir essa coisa através de um modelo, em que o indivíduo “procura na gaveta de seus estereótipos mentais o clichê apropriado”. Como afirmam Castro, Gomes e Corrêa (1997, p. 7), é possível perceber que “(...) os viajantes do passado descobriam reais mundos novos, mas muitas vezes procuravam compreendê-los seguindo o modelo do seu próprio mundo conhecido”.

Ainda não são muitos os trabalhos que buscam examinar de forma crítica a importância e o potencial desses produtos imagéticos para a construção e disseminação do conhecimento geográfico. Rose (2003) propõe a questão: “*de que forma a geografia seria, realmente, visual?*”. Essa indagação não somente é pertinente, como também evoca a necessidade de pensarmos criticamente acerca das imagens, de sua criação e utilização no desenvolvimento do conhecimento geográfico.

A Geografia tem dedicado cada vez mais interesse pelas questões visuais. Os trabalhos insistem na necessidade da criação de teorizações, metodologias e abordagens que sejam capazes de demonstrar não somente a importância das imagens, mas também a riqueza crítica que elas propiciam para as mais diversas pesquisas. Trabalhar com imagens é aceitar que seus resultados serão sempre interpretativos, mesmo que amparados em termos metodológicos.

Como afirma Hall (1997), não há uma resposta única e correta sobre “*o que esta imagem significa?*”, ou “*o que este anúncio está dizendo?*”, bem como não há uma lei que garanta a veracidade de determinado significado ou mesmo que os significados não possam mudar ao longo do tempo e do espaço. Para Hall a representação é um fator chave fundamental para entender como um significado é produzido e compartilhado numa determinada cultura. Nesse sentido, as imagens produzidas pela Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira e seus companheiros são interessantes objetos para compreender as representações gráficas que foram produzidas no/do Brasil do século XVIII a partir de um olhar particular, espacial e temporalmente situado.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E A MISSÃO DE EXPLORAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

Alexandre Rodrigues Ferreira era brasileiro, nascido em Salvador da Bahia no dia 27 de abril de 1756. Foi educado em Portugal e com apenas quatorze anos matricula-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Permanece aí por apenas dois anos até o momento em que se transfere para a Faculdade de Filosofia obtendo, então, título de Filósofo Natural em 1777 (Leite & Leite, 2010). Foi discípulo de Domingos Vandelli, naturalista italiano contratado pela Coroa Portuguesa para lecionar Ciências Naturais em Coimbra, onde funda o Museu de História Nacional e o Jardim Botânico. Impressionado com o desempenho de Rodrigues Ferreira, Vandelli o convida para atuar como demonstrador no Real Museu da Ajuda. A forte amizade desenvolvida entre ambos leva Vandelli a indicá-lo para servir como naturalista na maior expedição científica ao Brasil realizada durante o período colonial.

A Viagem Filosófica foi idealizada pela Academia das Ciências de Lisboa e pelo Ministério de Negócios e Domínio Ultramarinos a partir de ordem dada pela Rainha, Dona Maria I, em 1773. O objetivo primordial era o de obter conhecimento preciso acerca dos territórios ultramarinos de Portugal já que, nesse momento, as grandes dificuldades de domínio e administração do Brasil começam a apresentar fortes sinais. Parte disso devia-se justamente a vastidão do território o qual foi organizado a partir da adaptação do sistema de aforamento praticado em Portugal (Abreu, 1997). No mesmo sentido, Galvão e Moreira Neto (1974) discutem que à época da expedição, a metrópole já havia haurido a produção de ouro e diamantes, voltando sua atenção para a possivelmente próspera agricultura brasileira. Para França (2011, p. 81),

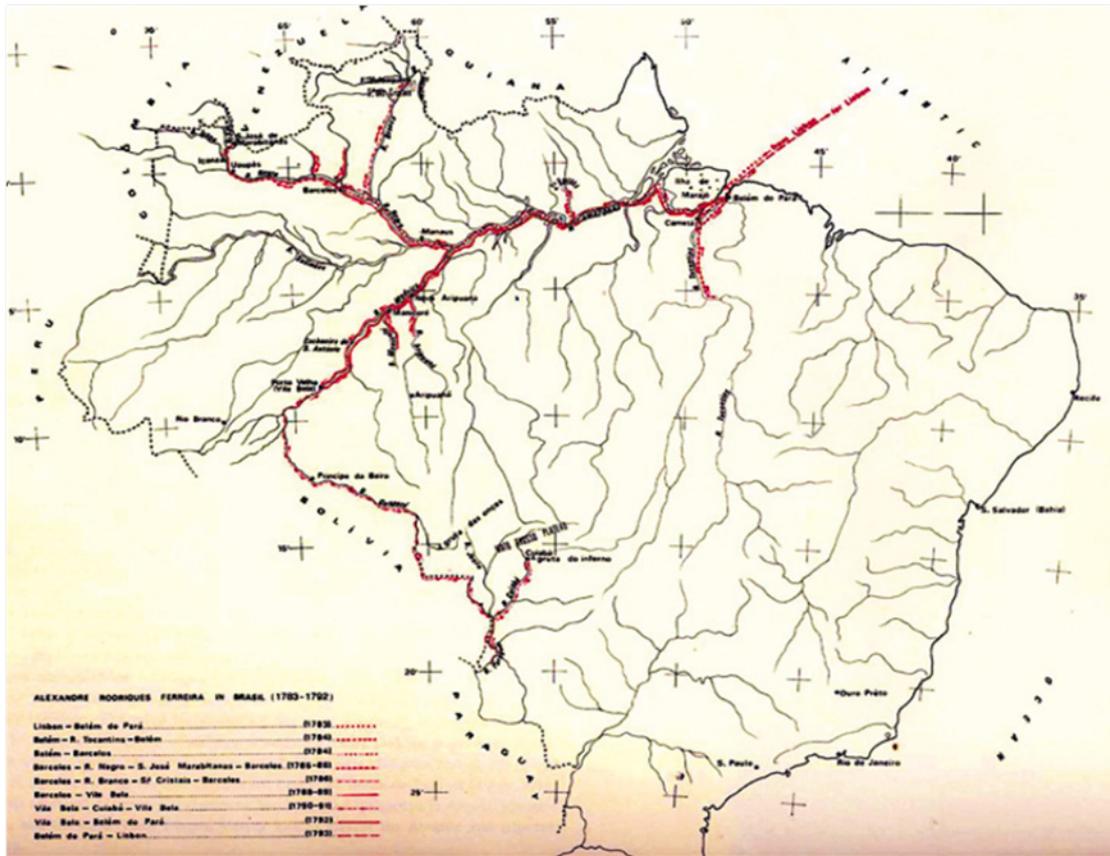
Longe de ser um mecenato iluminista, a deliberação régia visava encontrar saídas para a preocupante redução das rendas coloniais, em decorrência da exaustão das jazidas auríferas das Minas Gerais. A pouco explorada região centro-norte do Brasil, ocupada de modo rarefeito por Portugal, representava, pois, a nova fronteira a ser descoberta, mapeada e avaliada em seu potencial econômico.

No dia 1 de setembro de 1783, Rodrigues Ferreira parte de Lisboa para chefiar uma expedição exploratória a qual posteriormente iria lhe conferir o epíteto de “primeiro naturalista português”. Acompanhado por José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, dois riscadores³ e Agostinho Joaquim do Cabo, jardineiro-botânico, o percurso dos viajantes no Brasil inicia-se quando as charruas Águia e Coração de Jesus aportam em Belém no dia 21 de outubro. É interessante apontar que essa não foi a única expedição exploratória lançada pela Coroa Portuguesa já que, no mesmo ano, Manuel Galvão da Silva parte para Moçambique, Joaquim José da Silva para Angola e João da Silva Feijó para Cabo Verde, todas colônias de Portugal.

³ Termo utilizado na época para desenhistas.

Considerada a expedição mais ambiciosa realizada no século XVIII, a Viagem Filosófica sofreu consideráveis cortes de financiamento antes de sua execução. A programação prévia contava com a presença de quatro naturalistas. Entretanto, apenas Rodrigues Ferreira e sua modesta equipe tornaram-se responsáveis pelo trabalho de coleta, classificação e preparação de espécimes, além da produção de estudos e cartogramas sobre agricultura, etnografia, demografia, filosofia e política. A expedição estendeu-se por um vasto território (Fig. 1), compreendendo uma extensão de cerca de 39.000 km pelos rios Amazonas, Negro, Branco, Madeira, Guaporé, Mamoré e Paraguai (Pataca, 2001). Iniciou-se na ilha de Marajó no Grão-Pará e só terminaria com o retorno de Rodrigues Ferreira para Lisboa em 1793.

Figura 1: Rota da Expedição chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792).



Fonte: Simon (1983)

O exato trajeto percorrido pela expedição e sua linha temporal podem variar de acordo com a bibliografia que é consultada. Em linhas gerais, após permanência em Belém do Pará, seguem para o Rio Negro em 1784 e retornam para Barcelos, a capital da capitania de São José do Rio Negro. No final desse mesmo ano, os viajantes passam por Moreira, Tomar, Lamalonga, Santa Isabel, São Gabriel e José de Marabitanas. Após percorrer o Rio Branco até a serra de Canauaru, regressam à Barcelos. Em maio de 1788 chegam ao Lugar da Barra e seguem para Mato Grosso e Cuiabá. No ano seguinte, Rodrigues Ferreira

contraí malária e após sua recuperação, a expedição toma o rumo dos rios São Lourenço e Paraguai. Regressam a Lisboa em janeiro de 1793, após pouco mais de nove anos⁴.

É interessante apontar que a viagem se alinhava ao espírito científico da época e o próprio nome pelo qual foi designada - *Viagem Filosófica* - deve levar em consideração o ecletismo que era imperante na época. Para Caldas (2011), ela denota um modelo de expedição que é concebido, organizado, financiado e dirigido pelo Estado, comum no período luso pós-pombalino. O intuito de coletar informações para posteriormente explorar as riquezas presentes nos territórios coloniais foi exitoso na Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira. Segundo o autor, o material produzido durante a expedição pode ser dividido em relatos escritos, ilustrações e espécimes coletados (Quadro 1).

Quadro 1: Catalogação do material produzido na Viagem Filosófica

Escrita	Relatórios, notícias, relações, tratados, memórias e manuscritos que compõem a correspondência de Alexandre Rodrigues Ferreira.
Iconografia	Coleção de mais de mil ilustrações de autoria dos desenhistas Codina e Freira e alguns desenhos de construção do arquiteto italiano Antonio Landi.
Amostras	Espécimes enviados ao Real Gabinete de História Natural de Lisboa preparadas pelo jardineiro botânico Agostinho do Cabo.

Fonte: Adaptado de Caldas (2011).

Sem dúvidas, os resultados da Viagem Filosófica possuem grande valor científico e histórico já que além de se caracterizarem enquanto relatos de especialistas do período, seu conjunto compõe possivelmente o mais ambicioso e completo esforço de catalogação da história do Brasil Colonial. Entretanto, após seu regresso à capital portuguesa, Rodrigues Ferreira encontra o material seriamente deteriorado e sem identificação. Os saques ao longo do transporte marítimo e os extravios dos espécimes também se mostraram um problema. No ano seguinte ao seu retorno, Rodrigues Ferreira assume o cargo de diretor do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico. Faleceu no dia 23 de abril de 1815 sem ver a publicação dos relatos, ilustrações e documentos de sua grande expedição.

As viagens exploratórias representaram, durante um longo período, fontes importantes de informações e viagens anteriores a de Rodrigues Ferreira muito contribuíram para ampliar o que se conhecia acerca da geografia dos continentes. Entretanto, Costa (2001) afirma que a Viagem Filosófica tem relevância inquestionável devido ao fato de que foi a primeira a ter como foco a tarefa de adentrar o interior. É importante recordar que, em meados no século XVIII, as regiões das capitanias de Mato Grosso e Cuiabá eram praticamente desconhecidas pela Coroa Portuguesa.

Muito mais do que uma missão científica, a viagem se enquadrava na estratégia desenvolvimentista lusa pois, a partir da descrição geográfica dos lugares percorridos, a exploração do território colonial tornava-se mais facilmente exequível. Como afirma Prestes (2000), a expedição não se limitava às explorações naturais já que deveria atender ao propósito de recolher diversas informações de ordem socioeconômica, especialmente no que diz respeito à capacidade produtiva indígena. Isso se torna mais claro quando se

4 Os dois desenhistas não sobrevivem as intempéries que os viajantes enfrentaram ao longo do percurso e falecem.

percebe que as instruções mais enfáticas dadas a Rodrigues Ferreira relacionavam-se com a realização de inventários acerca da produção técnica indígena, apontando possíveis necessidades de aperfeiçoamento para que estes pudessem ser inseridos na dinâmica produtiva da Colônia.

Leite e Leite (2010, p. 274) afirmam que a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira é uma fonte completa de informações acerca da Amazônia do século XVIII uma vez que trouxe contribuições para vários campos do conhecimento, como política, história do cotidiano, bem como, "(...) faz uma detalhada descrição das riquezas existentes na Amazônia, além de uma importante referência etnológica ao descrever e comparar os povos do Novo Mundo com os europeus". Nesta reflexão acreditamos que mais do que um simples inventário descritivo, o conjunto da obra de Rodrigues Ferreira é capaz de construir uma visão acerca das geografias da região Centro-Norte do Brasil, visão esta construída principalmente a partir das aquarelas que sobreviveram ao tempo e hoje são rica fonte de estudo para os pesquisadores.

A VIAGEM FILOSÓFICA: IMAGENS DAS GEOGRAFIAS DO BRASIL

As aquarelas dos dois desenhistas da Viagem Filosófica são capazes de construir um panorama do que podemos chamar de geografias do Centro-Norte do Brasil no século XVIII. A atenção com a criação de retratos que demonstrassem plantas, rios, cidades, povos e tecnologias resultou em um belo conjunto de imagens que podem ser utilizadas para explorar alguns elementos particulares do território brasileiro durante o período. Como lembra Costa (2001, p. 12), as aquarelas, mesmo que inacabadas, são "(...) sem dúvida um dos primeiros registros visuais da forma de trabalho numa lavra de ouro no interior do Brasil."

Antes de prosseguirmos, é interessante fazer alguns apontamentos. Investigações acerca da constituição territorial do Brasil a partir do século XV não são raras. As posições adotadas pelos trabalhos são múltiplas, mas tendem a variar entre uma ótica jurídica - a qual leva em consideração os diversos tratados e acordos realizados pela Coroa Portuguesa - ou adotam uma visão que tem a História Econômica em sua base (Prado Jr., 1945; Santos, 2001). O objetivo dessa reflexão compartilha da ambição de historiadores, geógrafos e antropólogos que almejam buscar informações acerca da construção do que hoje chamamos de Brasil. A intenção aqui é a de explorar o material imagético produzido pelos exploradores da Viagem Filosófica para, a partir de seus olhares, contribuir para a compreensão do processo de consolidação territorial do Brasil.

Por certo, deve-se ter clareza quanto a impossibilidade de afirmar que os viajantes-exploradores que percorreram o Centro-Norte do Brasil durante o século XVIII tinham a ambição de elaborar um grande sistema explicativo geográfico do território brasileiro. Considerando que a Geografia ainda não havia se institucionalizado enquanto disciplina durante o período da viagem, parece certo que o objetivo dos exploradores não estava

diretamente voltado a ela. Entretanto, as imagens da viagem construíram uma interessante representação geográfica do Brasil daquele momento.

O conjunto de aquarelas que resultaram da viagem pode ser subdividido em algumas categorias básicas. Em primeiro lugar, existem diversas ilustrações que buscam retratar a riqueza e diversidade de fauna e flora do Brasil. Essas imagens representam a maioria absoluta da produção dos riscadores. Em segundo lugar, os desenhistas concentraram-se na retratação de ambientes naturais e urbanos, dando especial atenção aos primeiros. Posteriormente, pode-se apontar as aquarelas que representam povos indígenas e outros elementos sociais como vestimentas, por exemplo. Por fim, existem ilustrações que focam em objetos tecnológicos utilizados para produção econômica.

As questões naturais instantaneamente saltam aos olhos quando as imagens da Viagem Filosófica são observadas. De acordo com Abreu (1997, p. 223), as terras brasileiras podem ser caracterizadas “(...) desde o início, pela imensidão das glebas concedidas e pela imprecisão de seus limites.” As imagens provenientes da Viagem Filosófica demonstram a vastidão das terras, remetendo principalmente a imensidão inexplorada pelos europeus do meio natural brasileiro. A ilustração a seguir demonstra a valorização de tais aspectos naturalistas.

Figura 2: Vista do Rio Vaupés, o qual desagua no Rio Negro



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

A partir da imagem acima é possível constatar a valorização dos aspectos naturais do território do Brasil Colônia, principalmente com relação a completa ausência da interferência humana em tais paisagens. A aquarela, produzida em sentido panorâmico, atenta para representação do que se pode chamar, utilizando Santos (1997), de primeira natureza. Ainda não modificadas pela ação e apropriação humana, essas áreas representavam grande parte do Brasil no século XVIII. Entretanto, não eram as únicas, uma vez que núcleos urbanos já estavam presentes ao longo do território brasileiro.

Para Abreu (2005) não é rara a afirmação de que as cidades tiveram um papel pouco importante no processo de colonização do Brasil. Adotando-se uma perspectiva numérica, é contrastante a pequena quantidade de cidades em relação à imensidão territorial do Brasil Colonial. Conforme Azevedo (1956), no momento em que obtém a independência em 1822, o Brasil contava com 219 núcleos urbanos e a grande maioria deles apresentava tamanho quase insignificante. De fato, a interpretação corrente “(...) que se dá sobre a cidade colonial brasileira é a de que ele não foi mais do que um ponto de controle do território.” (Abreu, 2005. p. 149). Nesse sentido, é possível concluir que não foram obras do acaso.

Figura 3: Prospecto da Villa do Camotá, e da entrada que fez o Exmo. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e capitão general do Estado, na tarde do dia 19 de janeiro de 1784



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

A Figura 3, que traz o prospecto da Villa do Camotá - hoje parte da cidade de Bragança no estado do Pará - demonstra a preocupação dos viajantes em criar representações que levassem em consideração o papel das cidades no território do Brasil Colônia. Um elemento que chama atenção nas gravuras desenvolvidas pelos riscadores é que, por mais que as cidades se encontram presentes em suas gravuras, os elementos naturais são largamente mais valorizados. O urbano é representado em segundo plano e, por mais que o título da ilustração faça alusão direta a representação da cidade, a gravura revela que o olhar dos riscadores estava guiado para criação de quadros geográficos naturais. É possível ir além e afirmar que a falta de detalhes na representação do urbano remete a concepção de que tais espaços apresentavam uma característica intrínseca de espontaneidade, desorganização e falta de complexidade.

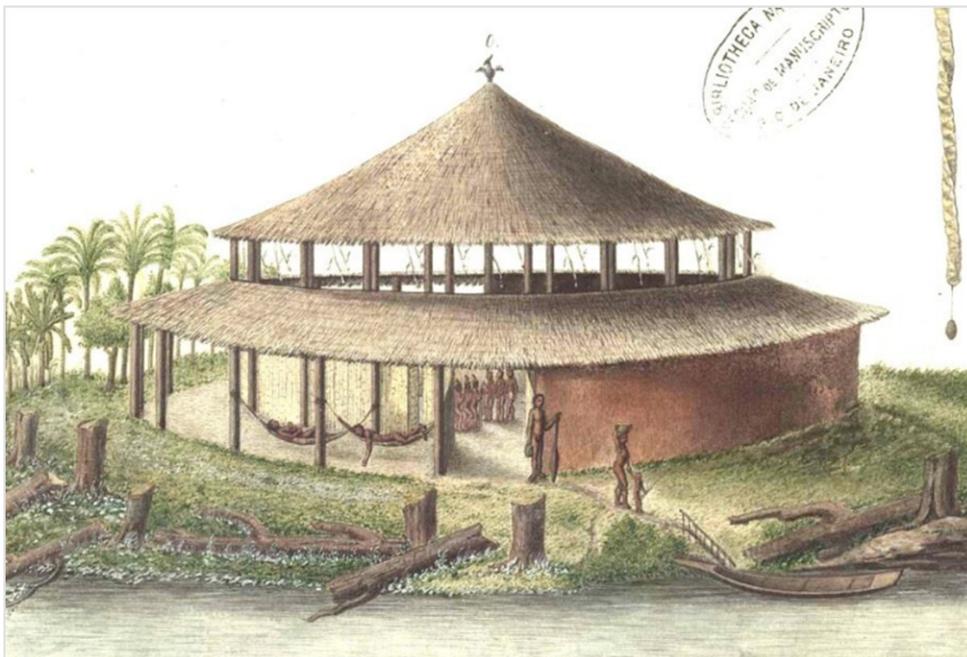
Na medida em que eram consolidadas e legitimadas a partir de direcionamentos diretos da Coroa Portuguesa, é compreensível a visão de que os assentamentos urbanos não representaram um interesse central para os exploradores da Viagem Filosófica, coordenada e financiada pela Coroa. Entretanto, Abreu (2005, p. 150) aponta que a concepção de que o Estado Português não teve papel relevante na construção das cidades brasileiras no período colonial é errônea e simplista. Em suas palavras,

E ao contrário do que sustentam certas explicações consagradas (...) é que o Estado Português teve um papel muito mais importante na organização territorial e urbana da colônia do que aquele é geralmente admitido. A fundação de núcleos urbanos nas áreas de fronteiras com a América Espanhola durante o século XVIII, por exemplo, sempre foi explicada pela historiografia brasileira como evidência da adoção de critérios nitidamente geopolíticos na orientação do processo de ocupação do território. O que só se ficou sabendo mais recentemente, entretanto, é que essa estratégia foi muito mais planejada do que se pensava.

A Viagem Filosófica realizada por Rodrigues Ferreira compõe parte de um conjunto de estratégias para consolidar o domínio português no território colonial. A partir das errâncias dos exploradores e de seu trabalho de catalogação e representação gráfica de paisagens do Brasil, percebe-se a clara intencionalidade da Coroa: conhecer para garantir o domínio territorial. As informações que resultaram de viagens exploratórias de reconhecimento espacial direcionaram políticas de planejamento, administração e ocupação.

Nos espaços urbanos, os riscadores também voltaram seu olhar para algumas dinâmicas culturais já presentes no território brasileiro. Na coleção de gravuras da Viagem Filosófica estão presentes desenhos que retratam aspectos de vestimentas, por exemplo. Entretanto, em termos de exploração da dimensão cultural, o foco encontra-se na representação de grupos indígenas, tanto em termos materiais quanto sociais como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4: Prospecto de uma das 22 malocas, de que constava a aldeia do gentio Curutús, situados na margem oriental do Rio Apapurús.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

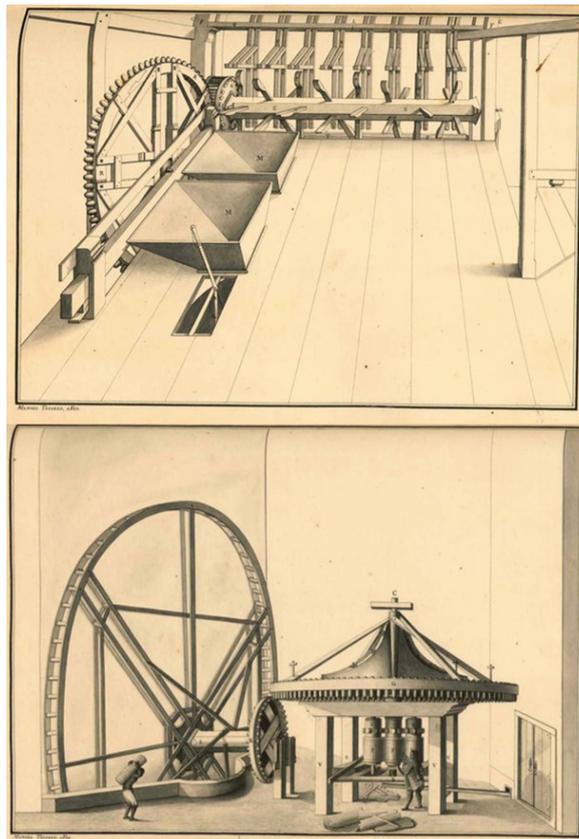
O nível de detalhes da representação da maloca indígena revela a preocupação em construir uma ideia fidedigna do “gentio” que habitava o “território português”. A

falta de vestimentas, a presença de um número considerável de corpos no mesmo espaço, suas posições e a simplicidade de seus instrumentos e objetos apontam para a construção de uma imagem concordante com o imaginário que perdurou durante um considerável período de tempo.

Explorando as representações do imaginário colonial a partir de relatos dos colonizadores, Rodrigues (2013), afirma que a formação cultural dos cronistas, que seguia o modelo Barroco balanceado entre o religioso medieval e o moderno, resultou na criação de obras com cunho informativo forte, beirando um grau enciclopédico. De fato, as imagens produzidas pela Viagem Filosófica também apresentam tal cuidado. Entretanto, “(...) traziam em si uma elevada carga de valores que acabaram por construir a imagem dos nativos, caracterizados como lascivos, selvagens, ‘fracos de ânimo’, etc.” (Rodrigues, 2013, p. 2). Tais concepções revelam relações de poder instituídas na época e a associação dessas populações com a ideia de meio natural.

As gravuras da Viagem Filosófica também revelam que no momento da expedição o território brasileiro começava a despontar enquanto espaço inserido no que Santos e Silveira (2001) chamam de meio técnico. Por certo, tal inserção deve ser vista com parcimônia justamente devido ao fato de que Rodrigues Ferreira e seus companheiros viajaram por porções pouco exploradas e desenvolvidas do território nacional. Entretanto, as ilustrações demonstram que determinados objetos técnicos já eram utilizados em tais locais (Fig. 5).

Figura 5: Objetos técnicos presentes em território brasileiro e registrados pelos exploradores da Viagem Filosófica.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Os tempos lentos da natureza, tão bem representados nas gravuras dos povos “gentios”, é substituída por ilustrações que demonstram o esforço em incorporar o território brasileiro ao meio técnico. Para os autores, durante esse momento é priorizado no Brasil a utilização de instrumentos que objetivam atenuar o império da natureza. Ocorre, então, a mecanização seletiva com as técnicas da máquina.

É interessante lembrar que, de acordo com Prado Jr. (1945), a temporalidade da Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira pertence ao período que pode ser classificado como de apogeu da Colônia. Os objetos que surgem nas gravuras não se constituem apenas enquanto culturais, são também técnicos e demonstram a superioridade do homem frente as dinâmicas da natureza.

Todas as imagens produzidas pelos riscadores da Viagem Filosófica revelam uma concepção geográfica particular do Brasil. É clara a vontade de construir, a partir da criação de diversas gravuras, uma ideia sintética acerca do território da colônia. Os riscadores observaram paisagens naturais nas quais o meio natural é evidente em sua imensidão e grandiosidade. No mesmo sentido, voltaram seus olhares tanto aos espaços urbanos, ainda tímidos, quanto às dimensões culturais e sociais presentes nas vivências cotidianas dos “povos gentios”. A diversidade de gravuras e o cuidado com o qual foram executadas aponta não somente para a grande responsabilidade incumbida a esses explorados, mas também para a riqueza de suas conquistas que, ainda hoje, permanecem instigantes.

PALAVRAS FINAIS

A iconografia produzida durante a Viagem Filosófica realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira e sua equipe no século XVIII representa cenas típicas da vida tropical naquele período do Brasil, onde as tribos e a natureza possuem um papel central. Embora a grande maioria das ilustrações tenha sido inspirada na flora e na fauna da região Centro-Norte, as representações sociais e urbanas ajudaram a constituir um imaginário do território brasileiro. Além disso, esse conjunto iconográfico ajuda a consolidar e apresentar o Brasil ao Velho Mundo e deu ao filósofo Rodrigues Ferreira o título de um dos mais importantes naturalistas viajantes do mundo.

Anterior à Humboldt, Rodrigues Ferreira ajudou a consolidar um modelo de expedição onde a ilustração é fundamental. Desenvolveu, por certo, um importante método de retratar os lugares percorridos pelos naturalistas viajantes. Essas imagens produzidas pela equipe de Rodrigues Ferreira ajudam a formar um quadro dos lugares explorados. São representações exaustivas que ajudaram a consolidar o imaginário dos elementos naturais e sociais do Brasil mundo a fora.

Por fim, esse aspecto fundamentalmente iconográfico e exaustivamente descritivo dos naturalistas viajantes do século XVIII pode parecer aos olhos atuais meramente pitoresco. No entanto, é preciso desconsiderar o anacronismo que nos separa desses cientistas e compreender que, naquela época, a ciência buscava uma descrição da totalidade de elementos que ajudavam a formar os fenômenos locais. Além disso, a iconografia era um

recurso precioso para apresentar a realidade que era observada. Esses métodos de produzir conhecimento científico foram absorvidos pela Geografia anos mais tarde e ajudaram a fundar a ciência geográfica tal qual a conhecemos atualmente.

REFERÊNCIAS

- Abreu, Maurício de Almeida (1997). A apropriação do território no Brasil Colonial. In Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, & Roberto Lobato Corrêa (Orgs.). *Explorações Geográficas*. (pp.197-246). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Abreu, Maurício de Almeida (2005). Pensando a cidade no Brasil do passado. In Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, & Roberto Lobato Corrêa (Orgs.). *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. (pp.145-184). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Azevedo, Aroldo de (1956). Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. *Boletim da FFCL*, 208 (11).
- Berdoulay, Vincent, & Gomes, Paulo Cesar da Costa (2010). Introduction. Images et espace public: la composition d'une scène. *Geographie et Cultures*, 73, 3-6.
- Caldas, Yurgel Pantoja (2011). Acerca do outro: a Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Navegações*, 4(1), 40-45.
- Cosgrove, Denis (1993). *Social formation and symbolic landscape*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Cosgrove, Denis (2008). Introduction: landscape, map and vision. In: Cosgrove, Denis. *Geography & Vision: seeing, imagining and representing the world*. (pp.1-12). London/New York: I.B. Tauris.
- Costa, Maria de Fátima (2001). Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências e Saúde*, 8, 993-1014.
- Driver, Felix (2003). On Geography as a visual discipline. *Antipode*, 35(2), 227-231.
- França, Julio (2011). Um outro naturalista na Amazônia: a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. In José Luís Jobim, & Silvano Peloso (Orgs.). *Descobrendo o Brasil; sentidos da literatura e da cultura no Brasil* (pp. 81-98). Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Galvão, Eduardo, & Moreira Neto, Carlos (1974). Introdução. In Alexandre Rodrigues Ferreira. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. (pp. 9-20). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura
- Gombrich, Ernest (1986). *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gomes, Paulo Cesar da Costa (1996). *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil.
- Gomes, Paulo Cesar da Costa (2013). *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gomes, Paulo Cesar da Costa (2008a). Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In Zeny Rosendahl, & Roberto Lobato Corrêa (Orgs.). *Espaço e Cultura: Pluralidade Temática*. (pp. 187-210). Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Gomes, Paulo Cesar da Costa (2008b). A cidade em imagens. *Revista Cidades*, 1,12-29.
- Gomes, Paulo Cesar da Costa, & Ribeiro, Leticia Parente (2013). A produção de imagens para a pesquisa em Geografia. *Espaço e Cultura*, 33, 27-42.
- Hall, Stuart (1997). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage.
- Kury, Lorelai (2001). Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagens. *História, Ciências e Saúde*, 8, 863-880.

- Leite, José Nailton, & Leite, Cecília Sayonara (2010). Alexandre Rodrigues Ferreira e a formação do pensamento social na Amazônia. *Estudos Avançados*, 24(68), 273-289.
- Maffesoli, Michel (2001). *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record.
- Novaes, André R. (2011). Uma geografia visual? Contribuições para o uso das imagens na difusão do conhecimento geográfico. *Espaço e Cultura*, 30, 6-22.
- Novaes, André R. (2013). Geografia e História da Arte: apontamentos para uma crítica à iconologia. *Espaço e Cultura*, 33, 43-64.
- Olarte, Mauricio Nieto (2004). La Comprensión del Nuevo Mundo: Geografía y Historia natural en el siglo XVI. In Diana Bonnett, & Felipe Castaneda. *El Nuevo Mundo: Problemas y Debates*. (pp.1-21). Bogotá: Universidad de los Andes.
- Pataca, Ermelinda Moutinho (2001). *Arte, Ciência e Técnica na Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira: a confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 a outubro de 1784*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP, Brasil.
- Prado Jr, Caio (1945). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Prestes, Maria Elice Brzezinski (2000). *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume.
- Rodrigues, Douglas Coelho (2013). As representações do imaginário colonial a partir dos relatos dos colonizadores. *Anais do Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social*. Natal, RN, Brasil, 27. p. 1-11.
- Rose, Gillian (2001). *Visual Methodologies: an Introduction to Interpreting Visual Objects*. London: Sage.
- Rose, Gillian (2003). On the need to ask how, exactly, is geography visual? *Antipode*, 35(2), 212-221.
- Santos, Milton (1997). *A Natureza do Espaço. Técnica, Razão, Emoção*. São Paulo: Ed. USP.
- Santos, Milton, & Silveira, Maria Laura (2001). *O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- Simon, William Joel (1983). *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica.

Data de submissão: 09/abr./2019

Data de aceite: 23/maio/2020